

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DRA, DMPL, a DFC e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 20/03/2025, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Alandson Lucio de Araujo
Diretor Executivo
CPF: 030.200.334-70

Heber Alexandre Ferreira
Diretor de Operações
CPF: 021.075.731-07

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

Somos o

Sicredi

A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil



Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em **mais de 2 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos **mais de 8,5 milhões** de associados
- Temos **mais de 2,8 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Investimentos
- Consórcios
- Conta 100% digital
- Cartões
- Seguros
- Máquina de cartões
- E muito mais

Durante o exercício de 2024, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Expandindo nossa presença física e impactando ainda mais associados, inauguramos três agências, em três estados de nossa área de atuação: agência Tomás Espíndola, em Maceió (AL); agência Balsas, em Balsas (MA); e agência Paulo Afonso, no município de mesmo nome, na Bahia.

Inauguramos uma ampla e moderna Sede Administrativa própria, no coração do bairro histórico de Jaraguá, em Maceió (AL). A estrutura centenária foi totalmente restaurada, mantendo características originais do casario da região, que fazem contraponto à modernidade dos ambientes internos.

Divulgando nossos produtos e serviços para o agronegócio e fomentando novos negócios, participamos de três grandes feiras do segmento, ao longo do ano: Agrobalsas, no Maranhão, ExpoNordeste, em Pernambuco, e ExpoAgro, em Alagoas.

Promovemos, em parceria com a Unimed Maceió, mais uma edição da Meia Maratona Coop, evento já tradicional no calendário alagoano de corridas de rua e que atrai atletas de vários estados do Brasil. A edição 2024 contou com a participação de 2,5 mil corredores.

Com o tema "Como ter rentabilidade e segurança no cenário econômico atual", lançamos o evento Meet de Investimentos. Realizamos três edições, nas cidades de Recife (PE), Maceió e Arapiraca (AL). Também com foco no público investidor, promovemos o Café com Investimentos nas agências de Alagoas e Pernambuco.

Implantamos o Squad NPS, grupo de trabalho multidisciplinar, com foco na melhoria da experiência do associado.

Realizamos campanhas de crédito e consórcio, de antecipação e parcelamento do IR, campanha PJ, financiamento de energia solar e uma campanha comemorativa aos 32 anos da Cooperativa.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 28 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Ao todo, nossas ações sociais impactaram positivamente mais de 10 mil pessoas, entre associados e não associados. Nossa Fundo Social beneficiou mais de 1.045 mil pessoas, por meio dos 12 projetos aprovados pelo Comitê de Responsabilidade Social.

No Programa Crescer foram formados 913 associados e colaboradores. Nossa participação no movimento nacional Dia de Cooperar (Dia C) beneficiou 72 mulheres rendeiras em Alagoas. No programa Cooperação na Ponta do Lápis, tivemos o impacto de mais de 7 mil pessoas em Educação Financeira, sendo mais de 5 mil crianças, direta e indiretamente. O Comitê Mulher teve um ano intenso, com sua constituição em Balsas/MA, eleição de nova coordenação e realização do Natal + Solidário, impactando mais de 130 famílias.

Implantado na cidade alagoana do Pilar, o programa A União Faz a Vida formou 17 docentes e impactou 337 alunos da Escola Municipal Profª Jacy da Costa Ayres, entre crianças, jovens e adultos, cujo aprendizado foi apresentado à comunidade local numa mostra de projetos, ao final do ano. Encerrando 2024, a campanha Natal + Solidário nas agências resultou na doação de brinquedos para mais de 500 crianças atendidas por instituições localizadas em nossa área de atuação.

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo:

AAA – Fitch

AAA – Moody's

AAA – Standard&Poor's

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2024 fomos reconhecidos como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria empresas gigantes, no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar 2024.



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos



Shape the future
with confidence

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
ATIVO		2.027.783	2.140.330	2.065.523
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	1.618	4.342	5.058
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.997.193	2.137.554	2.098.257
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	56.475	31.726	32.497
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	712.074	44.294	45.220
Centralização financeira	(Nota 04)	50.145	837.778	609.358
Relações interfinanceiras ativas		14	52	7
Operações de crédito	(Nota 07)	1.061.414	1.119.885	1.312.946
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	117.071	103.819	98.229
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(55.582)	(61.284)	(76.126)
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	19.362	12.890	5.832
INVESTIMENTOS		17	17	18
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	62.466	45.343	30.861
INTANGÍVEL	(Nota 10)	2.709	1.468	1.623
TOTAL DO ATIVO		2.027.783	2.140.330	2.065.523
PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
PASSIVO		1.690.743	1.834.174	1.777.814
DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.462.629	1.668.683	1.616.923
Depósitos à vista		218.440	219.168	183.128
Depósitos de poupança		2.695	1.317	137
Depósitos interfinanceiros		2.659	15.287	7.209
Depósitos a prazo		1.238.835	1.432.911	1.426.449
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		89.330	31.683	29.517
Relações interfinanceiras	(Nota 12)	85.072	19.654	4.894
Obrigações por empréstimos		804	8.477	22.983
Outros passivos financeiros	(Nota 13)	3.454	3.552	1.640
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 14)	10.954	9.886	11.812
OUTROS PASSIVOS	(Nota 15)	127.830	123.922	119.562
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 16)	337.040	306.156	287.709
CAPITAL SOCIAL		270.832	248.402	238.045
RESERVAS DE SOBRAS		58.946	51.073	46.651
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.262	6.681	3.013
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.027.783	2.140.330	2.065.523

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão

CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

Descrição das contas	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	142.122	279.462	309.421
Operações de crédito (Nota 07)	101.089	194.446	222.660
Resultado de títulos e valores mobiliários (Nota 06)	22.125	25.029	4.640
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)	18.908	59.987	82.121
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(86.878)	(172.986)	(200.779)
Operações de captação no mercado (Nota 19)	(65.254)	(134.897)	(171.301)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)	(2.728)	(4.170)	(2.307)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(18.896)	(33.919)	(27.171)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	55.244	106.476	108.642
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(33.085)	(63.136)	(67.095)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 20)	17.055	30.098	24.961
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21)	1.948	3.708	3.672
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(20.166)	(38.181)	(39.800)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(17.556)	(32.448)	(32.723)
Dispêndios e despesas tributárias	(288)	(651)	(445)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	5.266	8.832	15.383
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(19.344)	(34.494)	(38.143)
RESULTADO OPERACIONAL	22.159	43.340	41.547
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	22.159	43.340	41.547
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 17)	221	-
Provisão para Imposto de Renda	132	-	-
Provisão para Contribuição Social	89	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.259)	(2.162)	(1.528)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.121	41.178	40.019

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Sobras ou perdas antes das destinações	21.121	41.178	40.019
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente atribuível	21.121	41.178	40.019

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	238.045	46.651	3.013	287.709
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.964)	(2.964)
Destinação para Fundo Social	-	-	(30)	(30)
Outras destinações	-	-	(19)	(19)
Saldo de incorporação	-	1.758	-	1.758
Capital de associados				
Aumento de capital	30.519	-	-	30.519
Baixas de capital	(44.574)	-	-	(44.574)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	147	-	147
Resultado do exercício	-	-	40.019	40.019
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(484)	(484)
Juros sobre o capital próprio	24.412	-	(30.337)	(5.925)
Reserva legal - Estatutária	-	2.517	(2.517)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	248.402	51.073	6.681	306.156
Mutações do Exercício	10.357	4.422	3.668	18.447
Saldos no início do exercício em 01/01/2024	248.402	51.073	6.681	306.156
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.613)	(6.613)
Destinação para Fundo Social	-	-	(68)	(68)
Capital de associados				
Aumento de capital	28.788	-	-	28.788
Baixas de capital	(28.467)	-	-	(28.467)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	1.088	-	1.088
Resultado do exercício	-	-	41.178	41.178
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(534)	(534)
Juros sobre o capital próprio	22.109	-	(26.597)	(4.488)
Reserva legal - Estatutária	-	2.883	(2.883)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.902	(3.902)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024	270.832	58.946	7.262	337.040
Mutações do Exercício	22.430	7.873	581	30.884
Saldos no início do semestre em 01/07/2024 (Não auditado)	247.543	52.101	20.057	319.701
Capital de associados				
Aumento de capital	13.946	-	-	13.946
Baixas de capital	(12.766)	-	-	(12.766)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	60	-	60
Resultado do semestre	-	-	21.121	21.121
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(534)	(534)
Juros sobre o capital próprio	22.109	-	(26.597)	(4.488)
Reserva legal - Estatutária	-	2.883	(2.883)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.902	(3.902)	-
Saldos no fim do semestre em 31/12/2024	270.832	58.946	7.262	337.040
Mutações do semestre	23.289	6.845	(12.795)	17.339

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	41.842	78.880	66.885
Sobras ou perdas do semestre/exercício	21.121	41.178	40.019
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	20.721	37.702	26.866
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.896	33.919	27.171
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(10)	(52)
Depreciação e amortização	2.278	4.244	3.791
Baixas do ativo permanente	2	4	5
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	79	79	(3.565)
Destinações ao FATES	(534)	(534)	(484)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(136.058)	(203.179)	200.030
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.022)	(24.749)	771
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(29.357)	(34.093)	926
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.793	38	(45)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(17.526)	18.850	151.049
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	33.009	65.418	14.760
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(17.485)	(13.252)	(5.590)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.729)	(6.463)	(7.006)
Aumento (Redução) em depósitos	(100.302)	(206.054)	51.760
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(948)	(98)	1.912
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.106)	(7.673)	(14.506)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(864)	(1.389)	(1.414)
(Redução) Aumento em outros passivos	14.479	6.286	7.413
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(94.216)	(124.299)	266.915
Aquisição de imobilizado	(5.400)	(20.611)	(17.726)
Aplicações no intangível	(1.531)	(2.001)	(397)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(6.931)	(22.612)	(18.123)
Integralização de capital	13.946	28.788	30.519
Baixa de capital	(12.766)	(28.467)	(44.574)
Reversão capital a pagar	60	1.088	147
Juros ao capital próprio	(4.488)	(4.488)	(5.925)
Distribuição de sobras	-	(6.681)	(3.013)
Patrimônio líquido de incorporada	-	-	1.758
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.248)	(9.760)	(21.088)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(104.395)	(156.671)	227.704
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	789.844	842.120	614.416
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 04)	685.449	685.449	842.120

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito - Sicredi Expansão ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 15/01/1993 e sede situada na Rua Sá e Albuquerque, 316, na cidade de Maceió - AL. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 dezembro de 2024, está organizado por 103 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.870 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 23 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e 48 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

a) Reapresentação de cifras comparativas

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2023 e 2022, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de reclassificação de acordo com o disposto no CPC 23.

Em 2024, foi efetuada a reclassificação de saldos registrados em provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023 para outros passivos. Esses valores são originados da ação vinculada ao processo 0801272-51.2015.4.05.8000 sobre a retenção do imposto de renda sobre as sobras aos associados, que foram transitados em julgado no exercício de 31 de dezembro de 2017.

A reclassificação visa melhorar a precisão das demonstrações financeiras, refletindo de forma mais adequada a natureza dos valores.

I) Reclassificações referentes a 31 de dezembro de 2022

BALANÇO PATRIMÔNIAL	Anteriormente apresentado	Ressclassificação (Ajustes)	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	22.406	(10.594)	11.812
OUTROS PASSIVOS	108.968	10.594	119.562

II) Reclassificações referentes a 31 de dezembro de 2023

BALANÇO PATRIMÔNIAL	Anteriormente apresentado	Ressclassificação (Ajustes)	Reapresentado
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	21.517	(11.631)	9.886
OUTROS PASSIVOS	112.291	11.631	123.922

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de março de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 dezembro de 2024 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.270 (dezembro de 2023 - R\$ 1.331) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

• Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

• Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

t) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1.618	4.342
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira	633.686	-
Centralização financeira (Nota 18)	50.145	837.778
Total	685.449	842.120

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 101% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	17.194	-	39.281	56.475	31.726
Total	17.194	-	39.281	56.475	31.726
Total circulante				17.194	-
Total não circulante				39.281	31.726

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos de renda fixa - CPR	1.157	11.487	31.962	44.606	16.095
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	633.686	-	-	633.686	-
Participações de Cooperativas	-	-	33.786	33.786	28.203
Total	634.843	11.487	65.748	712.078	44.298
Total circulante				646.330	3.611
Total não circulante				65.748	40.687

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2024				31/12/2023	
	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi Nordeste			
Sicredi Participações S.A.				4.060		4.060
Sicredi Fundos Garantidores - SFG				4		4
Cooperativa Central Sicredi Nordeste				29.718		24.135
Total				33.782		28.199

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi Nordeste	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas possuídas ON	1.245.359 ON	1.245.359 ON	4	4	29.718.426	24.134.786
Número de ações/quotas possuídas PN	2.814.736 PN	2.814.736 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,03%	0,09%	2,48%	2,48%	24,59%	24,80%
Capital social	4.541.716	4.341.716	161	161	120.844	97.336
Patrimônio líquido	4.621.756	4.427.933	271.199	416.033	135.024	112.579
Resultado líquido do exercício	67.065	120.326	(144.834)	46.767	748	3.520
Valor das participações das cooperativas	4.060	4.060	4	4	29.718	24.135

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)		31/12/2024	31/12/2023
Cotas de fundos		18.918	18.919	-
Depósitos interfinanceiros		2.515	4.245	4.225
Títulos de renda fixa (CPR)		692	1.865	415
Total		22.125	25.029	4.640

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	13.554	103.629	221.510	556.372	895.065	1.009.944
Financiamentos	792	11.750	29.684	61.332	103.558	95.603
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	170	16.380	38.669	55.219	11.003
Financiamentos habitacionais	42	253	693	6.584	7.572	3.335
Total das operações de crédito	14.388	115.802	268.267	662.957	1.061.414	1.119.885
Avalias e fianças honrados (Nota 08)	144	10	-	-	154	416
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	61.808	24.308	398	86.514	74.603
Total de outros créditos	144	61.818	24.308	398	86.668	75.019
Carteira total	14.532	177.620	292.575	663.355	1.148.082	1.194.904
Total circulante					484.727	420.103
Total não circulante					663.355	774.801

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AA	-	10.459	7.148	-	-
A	0,50	772.225	808.461	3.861	4.042
B	1,00	154.505	197.386	1.545	1.974
C	3,00	122.715	88.866	3.681	2.666
D	10,00	27.067	20.456	2.707	2.046
E	30,00	14.530	19.908	4.359	5.972
F	50,00	6.468	7.723	3.234	3.861
G	70,00	13.061	14.112	9.143	9.879
H	100,00	27.052	30.844	27.052	30.844
Total		1.148.082	1.194.904	55.582	61.284

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 28.359 (dezembro de 2023 - R\$ 21.297) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 2.006 (dezembro de 2023 - R\$ 2.315) conforme (Nota 13).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	8.247	119.887	169.897	394.054	692.085	763.811
Rural	-	170	16.380	38.669	55.219	11.003
Industrial	371	2.179	4.488	10.994	18.032	12.839
Comércio	1.476	15.750	28.608	88.607	134.441	98.586
Habitacional	42	253	693	6.584	7.572	3.335
Pessoas jurídicas	4.396	39.381	72.509	124.447	240.733	305.330
Carteira total	14.532	177.620	292.575	663.355	1.148.082	1.194.904
Total circulante					484.727	420.103
Total não circulante					663.355	774.801

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	179.681	15,65	185.624	15,53
50 devedores seguintes	114.744	9,99	118.422	9,91
100 devedores seguintes	62.316	5,43	65.010	5,44
Demais	791.341	68,93	825.848	69,12
TOTAL	1.148.082	100,00	1.194.904	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	58.106	61.284	76.126
Constituição de provisão	30.203	58.306	78.365
Reversão de provisão	(11.307)	(24.387)	(51.194)
Movimento da provisão para perdas no resultado	18.896	33.919	27.171
Movimentação de baixados para prejuízo	(21.420)	(39.621)	(42.013)
Saldo final	55.582	55.582	61.284

f) Resultado com operações de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	80.905	162.570	200.545
Financiamentos	9.431	18.007	13.927
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.799	3.858	444
Financiamentos habitacionais	406	688	197
Outros	22	31	24
Subtotal	93.563	185.154	215.137
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	7.526	9.292	7.523
TOTAL	101.089	194.446	222.660

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 52.337 (em dezembro de 2023 - R\$ 100.619).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	86.116	74.429
Ressarcimento de despesas	589	451
Dividendos a receber	14	32
Avais e fianças honrados (Nota 07)	154	416
Transações com cartão de crédito (b)	6.793	6.286
Outros	3.021	3.945
Total Circulante	96.687	85.559
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14)	19.986	18.086
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	398	174
Total não circulante	20.384	18.260
Total	117.071	103.819

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasses das receitas sobre a carteira de adquirência).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	5.488	39
Adiantamentos e antecipações salariais	47	290
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	795	883
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a)	629	1.497
Impostos e contribuições a compensar (b)	633	247
Pendências a regularizar	7.016	6.056
Valores a receber Portabilidades	-	29
Valores a receber SFG	80	42
Ressarcimento Centralizadora (c)	-	15
Outros	1.654	198
Total Circulante	16.342	9.296
Outros valores e bens	3.020	3.594
Total não circulante	3.020	3.594
Total	19.362	12.890

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

(c) Ressarcimento centralizadora referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens(móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	5.336	10
Imóveis	5.336	10
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	(10)
Despesas antecipadas	152	39
Total Circulante	5.488	39
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.020	3.594
Imóveis	3.020	3.594
Total Não Circulante	3.020	3.594
Total	8.508	3.633

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação / Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	74.755	(12.289)	62.466	45.343
Imobilizações em curso	-	33.417	-	33.417	25.550
Terrenos	-	4.245	-	4.245	4.245
Edificações	4%	3.976	(440)	3.536	3.747
Instalações	10%	1.272	(561)	711	480
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	20.358	(5.652)	14.706	6.721
Móveis e equipamentos	10%	5.527	(2.003)	3.524	2.538
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.345	(612)	733	629
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.362	(2.809)	1.553	1.342
Veículos	20%	253	(212)	41	91
Intangível		4.745	(2.036)	2.709	1.468
Investimentos Confederação	20%	4.626	(1.917)	2.709	1.468

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2024			31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	218.440	-	-	218.440
Depósitos de poupança	2.695	-	-	2.695
Depósitos interfinanceiros (Nota 18)	-	-	2.659	2.659
Depósitos a prazo	28.215	78.797	1.131.823	1.238.835
Carteira total	249.350	78.797	1.134.482	1.462.629
Total circulante				328.147
Total não circulante				1.134.482
				307.440
				1.361.243

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasses interfinanceiros	85.069	19.654
Recebimentos e pagamentos a liquidar	3	-
Total	85.072	19.654

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2024			31/12/2023
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	271	21.179	60.669	82.119
Total - Recursos do Crédito Rural	271	21.179	60.669	82.119
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	772	2.178	2.950
Total - Outros Recursos	-	772	2.178	2.950
Total	271	21.951	62.847	85.069
Total circulante				22.222
Total não circulante				62.847
				6.599
				13.055

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 13,00% a.a. com vencimentos até 20/05/2034, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 4.170 (dezembro de 2023 - R\$ 2.307).

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	873	599
Recursos em trânsito de terceiros (b)	1.448	1.237
Total Circulante	2.321	1.836
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	1.133	1.716
Total não Circulante	1.133	1.716
Total	3.454	3.552

(a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Trabalhista	Provável	150	170
Cível	Provável	140	41
Tributária	Provável	10.664	9.675
Total não circulante		10.954	9.886

Natureza	31/12/2023 (Reapresentado)	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2024
Trabalhista	170	-	(20)	150
Cível	41	99	-	140
Tributária	9.675	989	-	10.664
Total não circulante	9.886	1.088	(20)	10.954

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa possui provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 10.664 (em dezembro de 2023 - R\$ 9.675) em ações que discutem a legalidade da cobrança do imposto de renda sobre juros ao capital e sobre sobras. Este montante é retido dos associados e depositado em juízo, dessa forma não impacta o resultado da cooperativa.

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Trabalhista	2	539	2	539
Cível	64	1.218	38	725
Total	66	1.757	40	1.264

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 19.986 (dezembro de 2023 - R\$ 18.086), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Transações com cartões de crédito (Nota 18) (a)	88.781	79.600
Provisão para pagamentos a efetuar	3.868	4.807
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo (Nota 18)	1.000	958
Cotas de capital a pagar	7.764	7.535
Provisão para participações nos lucros	2.073	868
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES	3.966	4.821
Fundos voluntários	-	94
Impostos e contribuições a recolher	5.498	5.957
Contas a pagar - credores diversos	13.964	16.304
Contas a pagar empresas do grupo (Nota 18)	749	679
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis(c)	-	601
Cobrança e arrecadação de tributos (b)	143	281
Pendências a regularizar	24	1.417
Total Circulante	127.830	123.922

(a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

(b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

(c) Em 2023 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	Variação	31/12/2024	31/12/2023
Capital social inicial	10.357	248.402	238.045
Integralização de Capital - quotas partes	(1.731)	28.788	30.519
Baixa de Capital	16.107	(28.467)	(44.574)
Juros ao Capital próprio	(2.303)	22.109	24.412
Capital social final	22.430	270.832	248.402

Em 31 de dezembro de 2024, o total de associados foi de 57.145 (em dezembro de 2023 - 50.888).

b) Juros ao capital

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,72% em conta capital, no montante de R\$ 26.597 (dezembro de 2023 - R\$ 30.337), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 dezembro de 2024, o valor foi de R\$ 1.088 (dezembro de 2023 R\$ 147).

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	41.178	40.019
(-) Juros sobre capital próprio	(26.597)	(30.337)
(-) Recuperação de Prejuízo - Reserva Legal	(3.902)	-
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	10.679	9.682

DESCRÍÇÃO	% das destinações 2024	% das destinações 2023	31/12/2024	31/12/2023
FATES	5,00%	5,00%	(534)	(484)
Reserva Legal	27,00%	26,00%	(2.883)	(2.517)
(=) Total das destinações			(3.417)	(3.001)
Sobras Líquidas a disposição da AGO			7.262	6.681

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	43.340	41.547
Participação nas sobras	(2.162)	(1.528)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	41.178	40.019
 Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	 (16.471)	 (16.008)
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	15.563	15.475
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	10.639	12.135
Demais adições e exclusões previstas na legislação	4	(911)
 Imposto de renda e contribuição social do exercício	 -	 -

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)		56.475	31.726
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)		712.078	44.298
Centralização financeira (Nota 04)		50.145	837.778
Outros ativos financeiros (Nota 08)		608	486
Outros ativos (Nota 09)		709	1.539
Intangível (Nota 10)		2.709	1.468
Passivo			
Outros passivos (Nota 15)		89.285	78.391
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)		2.659	15.287
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)		85.069	19.654
Obrigações por empréstimos		804	8.477
	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)		25.029	4.640
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 20)		2.725	1.945
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)		2.837	118
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)		59.987	82.121
Despesas			
Operações de captação no mercado (Nota 19)		1.132	1.511
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)		4.170	2.307
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)		-	585
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)		12.345	12.653

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

	Descrição	31/12/2024	% em relação ao total	31/12/2023
Depósitos a vista (Nota 11)		170	0,08%	291
Depósitos a prazo (Nota 11)		11.864	0,96%	19.621
Operações de crédito (Nota 07)		1.688	0,15%	518

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas chave da administração		3.400	4.052

NOTA 19 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	71	113	40
Depósitos interfinanceiros	52	1.132	1.511
Depósitos de aviso prévio	838	1.661	1.841
Depósitos a prazo	63.171	129.685	165.485
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	1.119	2.302	2.424
Outras despesas de captação	3	4	-
Total	65.254	134.897	171.301

NOTA 20 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança	1.575	3.007	2.857
Comissões	36	36	24
Consórcios	1.044	1.589	1.080
Convênios	104	223	297
Distribuição de produtos e serviços bancários	1.333	2.581	1.755
Processamento da compensação	20	39	43
Seguros	1.948	3.325	2.341
Taxas e tarifas	917	1.407	691
Serviços de pagamento	6.063	11.397	10.388
Antecipação de recebíveis	3.207	5.649	5.410
Outros serviços	808	845	75
Total	17.055	30.098	24.961

NOTA 21 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Pacotes de serviços - PF	577	1.087	1.061
Serviços prioritários - PF	44	90	117
Serviços diferenciados - PF	92	191	192
Serviços especiais - PF	1	2	1
Tarifas bancárias - PJ	1.234	2.338	2.301
Total	1.948	3.708	3.672

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	10.711	20.904	22.683
Benefícios	5.478	9.665	9.546
Encargos sociais	3.854	7.420	7.429
Treinamentos	123	192	142
Total	20.166	38.181	39.800

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	392	724	751
Aluguéis	1.450	2.818	3.997
Comunicação	691	1.488	1.887
Manutenção e conservação	922	1.770	1.676
Material de expediente	186	318	222
Processamento dados	1.827	3.529	3.172
Propaganda e publicidade	425	884	1.029
Promoções e relações públicas	2.046	3.894	2.854
Serviços do sistema financeiro	1.392	2.861	2.663
Assessoria e consultoria	-	5	56
Auditória externa	68	111	65
Serviços jurídicos	922	1.687	1.107
Serviços de terceiros	331	515	631
Serviços de técnicos especializados	861	1.293	2.636
Serviços de vigilância e segurança	977	1.844	1.791
Serviços de transportes	350	718	571
Depreciação	1.836	3.484	3.174
Amortização (Rateio Confederação)	443	760	617
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	613	1.117	1.413
Emolumentos e taxas diversas	84	126	175
Ressarcimento tarifas	6	9	30
Seguros	73	109	63
Despesas com Viagens	410	681	641
Rateio Confederação - Recuperação de Crédito	407	523	303
Outras despesas administrativas	844	1.180	1.199
Total	17.556	32.448	32.723

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Absorção de dispêndios - FATES	864	1.389	1.414
Utilização de fundos voluntários	127	161	146
Lucros na alienação de valores e bens	-	50	-
Recuperação de encargos e despesas	938	1.310	456
Reversão de provisões operacionais	206	266	556
Reversão de provisões impostos folha	755	1.219	1.243
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	254	637	168
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	20	20	5.673
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a)	-	-	622
Juros ao capital - Central Sicredi Nordeste	1.587	2.846	3.670
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	167	302	353
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	167	322	308
Juros ao capital	-	-	58
Lucros e dividendos recebidos de partes relacionadas	14	14	60
Outras rendas operacionais	167	296	656
Total	5.266	8.832	15.383

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.186	3.267	3.546
Contribuições Cooperativistas (Nota 18)	85	171	177
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores (Nota 18)	229	426	417
Contribuição Confederação Sicredi (Nota 18)	4.462	8.374	9.114
Contribuições Cooperativa Central Sicredi Nordeste (Nota 18)	793	1.379	1.728
Prejuízo na alienação de valores e bens	34	34	-
Provisões para garantias financeiras prestadas	264	402	2.181
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 14)	99	99	2.108
Outras provisões operacionais	668	1.230	1.209
Serviços associados a transações de pagamento	6.210	11.586	10.046
Risco operacional	1.308	2.415	2.585
Juros e comissões	-	-	18
Tarifa serviços folha pagamento servidores	375	716	636
Distribuição de produtos e serviços bancários	5	7	42
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	471	888	824
Outras despesas operacionais	2.155	3.500	3.512
Total	19.344	34.494	38.143

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes das destinações	21.121	41.178	40.019
Eventos não recorrentes	34	34	-
Despesas - desastres naturais	34	34	-
Resultado recorrente	21.155	41.212	40.019

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de garantias prestadas	28.359	21.297
Total	28.359	21.297

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e relatório dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Relatórios periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

Refere-se a potenciais ameaças que podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas. O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	334.331	296.560
Nível I (NI)	334.331	296.560
Capital principal - CP	334.331	296.560
Capital social	270.832	248.402
Reservas de capital	58.946	51.073
Sobras acumuladas	7.262	6.681
Ajustes Prudenciais	(2.709)	(9.596)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.098.398	1.288.536
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	617	-
Margem de Capital	218.382	-
Índice de Basileia (PR / RWA)	30,44%	23,02%
Situação de Imobilização (Imob)	62.479	41.288
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,69%	13,92%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Implantação da Resolução 4.966

Com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis entre as normas do BCB e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil emitiu as seguintes normas:

- A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações correlatas posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e
- A Resolução BCB nº 352/23, que revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309/23 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As mudanças do plano foram publicadas pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;
- iv) **Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024:** define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram estimados pelo Sicredi, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diane da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o SICREDI dividiu o projeto em etapas ao longo de 2024, a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pelo Sicredi, levando em consideração o planejamento de atividades, responsáveis, e prazos para adequação dos sistemas de tecnologia e processos internos.

Sendo assim, o Sicredi realizou simulações para avaliação do impacto dos ajustes que deverão compor na posição patrimonial dos instrumentos financeiros, em contrapartida, ao patrimônio líquido na transição da norma em 1 de janeiro de 2025.

Provisão associada ao risco de crédito e reconhecimento de juros suspensos

De acordo com as simulações efetuadas durante o segundo semestre de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, espera-se um incremento de até 1,01% sobre os ativos financeiros (operações de crédito) devido à nova metodologia de cálculo das perdas esperadas por risco de crédito, que leva em conta critérios de perdas esperada ao invés de perda incorrida (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

O Sicredi adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros ("stop accrual") realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos. Os valores apurados não são relevantes em seu reconhecimento inicial.

Classificação de Ativos Financeiros

Com o advento da Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR). Sendo assim, as analisarmos as classificações e mensurações dos títulos e valores mobiliários a partir de 1 de janeiro de 2025, não identificamos impactos relevantes na adoção inicial da referida norma.

Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros originados a partir de janeiro/2025 reconhecidos nas categorias Custo Amortizado (CA) ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação, nos valores recebidos e pagos na aquisição ou originação do instrumento quando esses forem atribuíveis individualmente à operação, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários passarão a ter os custos de transação, valores recebidos e pagos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Classificação de Passivos Financeiros

Não foram identificados ajustes de transição da norma com relação a reclassificação dos Passivos Financeiros.

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. A regulamentação do projeto foi iniciada através do PLP nº 68, aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2024; em janeiro de 2025, a partir da sanção presidencial, o referido PLP foi convertido na Lei Complementar 214/25.

A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS.

A nova legislação vigerá a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975/21

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.

d) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, desempenhou um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação foi marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades. Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi se mobilizou para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição disponibilizou linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados pudessem recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi promoveu ações de arrecadação de donativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações foram distribuídas de forma organizada, garantindo que chegassem às mãos daqueles que mais necessitavam.

A instituição também investiu em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes. A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstrou o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, promovendo a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

Alandson Lucio de Araujo
Diretor Executivo
CPF: 030.200.334-70

Heber Alexandre Ferreira
Diretor de Operações
CPF: 021.075.731-07

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20